



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000204-51.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito**
 Requerente: **João Paulo de Aquino**
 Requerido: **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM - DER**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Trata-se de ação proposta por **JOÃO PAULO DE AQUINO**, contra o **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM – DER**, sob o fundamento de que recebeu auto de infração referente ao veículo de sua propriedade, descrito na inicial, pois não estaria com cinto de segurança, o que não é verdade, pois no horário da multa estava transportando sua esposa para o trabalho (lotada na Fazenda Pública da União - PFN - localizada na Rua Conde do Pinhal, 2185 - centro - São Carlos) haja vista que ela não possui habilitação (CNH) e se utiliza do meio de transporte da família, único veículo do casal. Além disso, o veículo não foi parado pelo agente policial, quando poderia ter sido e a multa foi lançada em um "caderninho", como "romaneio", para depois ser formalizada, podendo ter havido algum engano. Requer a anulação do auto de infração e o ressarcimento do valor da multa paga.

Contestação apresentada (fls. 32). Alega o requerido que agiu em consonância com a legislação de trânsito, sendo a imposição da penalidade decorrente de procedimento administrativo legítimo. Sustenta, ainda, que o ato administrativo goza de presunção de legalidade e veracidade, transferindo-se o ônus a quem invoca a ilegalidade.

Réplica às fls. 47.

Foi realizada audiência de instrução, na qual se tomou o depoimento pessoal do autor, tendo sido ouvida uma testemunha.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O pedido merece acolhimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É certo que em favor do réu milita a presunção de legalidade, legitimidade e veracidade que cerca as atividades da Administração Pública.

Contudo, trata-se de presunção relativa, que admite prova em contrário, tendo sido desfeita pelo autor, através da prova testemunhal.

Com efeito, a testemunha Jessica, que trabalha no mesmo local que a esposa do autor, confirmou que ele a tinha levado ao trabalho, no horário da autuação e que se lembra bem do ocorrido, pois naquele dia iria ser feita uma festa junina e estava tirando as coisas do carro, quanto o autor chegou com a esposa, às 9:00h.

Assim, é provável que o agente público tenha cometido um equívoco na anotação da placa, sendo indevida a imposição da multa que, recolhida indevidamente, deve ser restituída ao autor.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I do CPC e PROCEDENTE o pedido, para declarar a nulidade do auto de infração e imposição de multa questionado nesta ação, cancelando-se a pontuação na CNH do autor, dele decorrente. Por outro lado, condeno o requerido a ressarcir ao autor o valor da multa por ele paga, no montante de R\$ 156,18, devidamente atualizada, desde o desembolso, com a incidência de juros, desde a citação.

Os juros deverão ser os mesmos aplicados à remuneração adicional das cadernetas de poupança (Lei nº 11.960/09).

Já a correção monetária, deverá ocorrer de acordo com o IPCA-E, conforme se decidiu no julgamento do RE 870.947, relativo ao Tema 810, d.j. 20.09.2017. Não há necessidade de se aguardar o trânsito em julgado da tese fixada pelo E. STF, no RE 870947, à qual se deve observância imediata, conforme sinalizado pelo próprio E. STF (cf. Rcl nº 3.632 AgR/AM, rel. Min. Eros Grau; ARE nº 930.647 Agr/PR, rel. Min. Roberto Barroso; RE nº 781214 AgR/Sp e 612.375 AgR/DF, ambos rel. Min. Dias Toffoli). Apenas se faz a observação de que, caso haja modulação pelo STF, em sede de cumprimento de sentença, deve ser observado no cálculo o que ficar decidido, por se tratar de matéria de ordem pública.

Sem condenação em honorários, no Juizado, nesta fase processual.

P I



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 31 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**